



# PACOTE DE MEDIDAS

## ÁREAS



Saúde



Gestão Pública



Proteção social



Manutenção de empregos



Fiscal e Econômico



Fluxo de caixa para empresas



Reforma Política



Outros



Educação



# PACOTE DE MEDIDAS

NOVO NA CÂMARA

## PROPOSIÇÕES NOVO



### PLP 747/2020

*Desembaraços à produção de álcool gel*  
**Adriana Ventura**

A oferta de álcool gel tem sido insuficiente, e um dos principais motivos é o conjunto de autorizações, certidões, licenças, alvarás e outros requisitos burocráticos que devem ser previamente cumpridos pelo fabricante deste produto. Precisamos quebrar esse paradigma de excesso de controle prévio no Brasil - e a produção do álcool gel pode ser o primeiro passo.



### PL 696/2020

*Telemedicina*  
**Adriana Ventura**

Diante da atual situação crítica e urgente de intensa demanda por atendimento médico, não há espaço para requisitos burocráticos no exercício da telemedicina. O mais importante é assegurar à nossa população a continuidade do atendimento. O CFM já autorizou esse tipo de atividade, porém o NOVO entende que é importante ter o regramento legal para aumentar a segurança jurídica.



### PLP 928/2020

*Desburocratiza retirada de medicamentos populares*  
**Adriana Ventura**

O programa "Farmácia Popular do Brasil" exige uma série de requisitos burocráticos para a retirada do remédio por meio de representante, o que é incompatível com a situação ocasionada pelo coronavírus. É necessário simplificar esse processo: nos termos propostos, em situação de pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde, o representante do paciente não precisará apresentar procuração, mas, tão somente, se identificar na farmácia popular, portando um documento do paciente e a receita ou prescrição médica.



### PL X\*

*Emissão eletrônica da prescrição de medicamentos e padronização do prazo de validade das receitas médicas para no mínimo 12 meses*

Atualmente, a validade da receita médica varia de acordo com o tipo de medicamento. O Projeto de Lei objetiva, como primeiro passo, padronizar esse prazo para no mínimo 12 meses e assegurar ao profissional a flexibilidade necessária para receitar medicamentos de uso continuado. Ademais, abre-se a possibilidade da receita eletrônica, conforme critérios a serem definidos em regulamento infralegal.



# PACOTE DE MEDIDAS

NOVO NA CÂMARA

## PROPOSIÇÕES NOVO



### PL 647/2020

*Possibilidade saque do saldo do FGTS em casos de estado de emergência ou calamidade pública*  
**Vinícius Poit e Paulo Ganime**

O Projeto dá mais liberdade ao indivíduo e aos governos local e regional e aproxima a Administração Pública da realidade dos trabalhadores brasileiros. Ao permitir a movimentação da conta do FGTS em estado de emergência, calamidade pública ou pandemia, a proposição visa possibilitar que, nos momentos em que o cidadão mais precisa, não lhe sejam tolhidas as hipóteses de saque dos recursos que, em última análise, são seus - e que, de maneira oblíqua, contribuem para a estagnação salarial no Brasil.



### PL 699/2020

*Livre negociação para permitir remuneração parcial de trabalhadores na CLT*  
**Alexis Fonteyne**

O desemprego não é bom para ninguém. Não é bom para o empregado que fica sem fonte de renda, não é bom para o empregador que perde mão de obra treinada para sua atividade e muito menos para o Estado que terá mais um cidadão entrando na rede de proteção social. Diante dos impactos da crise atual na economia global, em que o setor de serviços será muito penalizado, a proposição visa conferir maior liberdade para empregado e empregador com o fim de mitigar os riscos de desemprego em massa.



### PL 938/2020

*Regras de incentivo e promoção ao voluntariado*  
**Lucas Gonzalez**

O desenvolvimento de qualquer nação jamais ocorre de forma plena sem a contribuição de todos. Sobretudo em tempos de severa crise, o trabalho voluntário torna-se imprescindível. Embora existam muitos cidadãos altamente engajados e dispostos a exercer o voluntariado, a legislação brasileira inibe, em certa medida, o exercício destas atividades. Tal embaraço deve ser corrigido de forma célere e responsável.



# PACOTE DE MEDIDAS

NOVO NA CÂMARA

## PROPOSIÇÕES NOVO



### PLP 646/2020

*Doação do FEFC em casos de emergências de saúde pública, de calamidade pública ou de desastres naturais*

**Vinícius Poit e Paulo Ganime**

É necessário que os partidos políticos deem sua contribuição ao esforço conjunto da sociedade para fornecer as respostas adequadas aos riscos que a epidemia traz para a população brasileira. Uma das formas pelas quais os partidos podem fazer isso é abrindo mão dos recursos públicos que lhes foram destinados para investir nas ações de combate ao coronavírus. Para isso, é preciso uma autorização legislativa para que os Partidos doem recursos do Fundo Partidário para essas ações de enfrentamento.



### PL 907/2020

*Possibilidade de fazer todas as horas complementares on-line*

Existe uma limitação nas regras do MEC para que os estudantes universitários possam fazer as horas complementares on-line. O presente PL tem por objetivo permitir que durante a presente crise haja a possibilidade do estudante continuar seus estudos e aproveitar o atual momento para adiantar o que for possível na sua faculdade.



### PL 6381/2019

*Fim do pagamento de honorários a advogados públicos*

**Marcel Van Hattem - NOVO/RS e outros**

Essa proposta visa trazer novamente para os cofres da União cerca de R\$ 620 milhões que anualmente, desde 2017, são pagos aos advogados públicos a título de honorários de sucumbência. O Deputado Marcel van Hattem, autor do projeto, argumenta que as verbas de sucumbência pertencem originariamente ao ente público, e que advogado governamental atua tão somente com preposto do órgão de advocacia pública, devendo ser remunerado exclusivamente por subsídio.



# PACOTE DE MEDIDAS

NOVO NA CÂMARA

## PROPOSIÇÕES NOVO



### PEC \*

*Redução Salarial para todos os Poderes*

Proposta de Emenda Constitucional que tem como objetivo reduzir o salário dos servidores públicos para enfrentar a crise causada pelo Coronavírus.



### PL 906/2020

*Tornar a atividade de saúde de baixo risco*

**Marcel Van Hattem e Paulo Ganime**

Com a aprovação da Lei de Liberdade Econômica (Lei 13.874/2019), passou a ser desnecessário qualquer documento prévio para atividade de baixo risco. Diante da crise do Coronavírus, apresentamos o presente Projeto de Lei para dar prioridade nas juntas comerciais para os empreendimentos da saúde, bem como tornar as atividades (CNAES) que envolvam saúde de baixo risco.



### PL 956/2020

*Prorrogação do prazo para apresentação da Declaração de IRPF*

**Marcel Van Hattem**

Apesar da declaração do Imposto de Renda ser realizada e entregue pela internet, muitos contribuintes buscam auxílio externo para preenchimento do documento, sobretudo os aposentados e pensionistas, justamente a população mais vulnerável ao coronavírus. Ademais, a necessidade de isolamento social dificultará o recolhimento dos documentos necessários para o preenchimento da declaração e também o contato dos contribuintes com seus contadores. Nesse sentido, a prorrogação do prazo para a entrega da declaração, em caráter excepcional, visa atenuar os danos causados pela pandemia da COVID-19.



# PACOTE DE MEDIDAS

NOVO NA CÂMARA

## PROPOSIÇÕES DE OUTROS PARLAMENTARES



### PL 1774/2019

*Venda de fármacos em supermercados*  
**Glaustin Fokus - PSC**

Os medicamentos isentos de prescrição são destinados ao tratamento de sintomas e condições de baixa gravidade e cuja segurança e eficácia foram exaustivamente comprovadas. A permissão para que os supermercados e seus congêneres possam comercializar tais produtos serve para ampliar o acesso da população aos medicamentos, para facilitar o acesso ao tratamento de sintomas mais simples, com tratamento conhecido e reconhecido com eficaz e seguro, sem que, para isso, o consumidor tenha que ter acesso prévio à prescrição e ao médico - que são recurso mais escassos, sobretudo em um contexto de crise.



### PDL 87/2020

*Desembaraços à produção de álcool líquido*  
**Luiz Antonio Teixeira - PP**

Com o fim de de ampliar a produção e o acesso ao álcool líquido, insumo precioso e de ampla utilização no atual contexto de enfrentamento ao Coronavírus, a proposição susta, pelo prazo de noventa dias, restrições burocráticas previstas pela ANVISA para comercialização desse produto.

**Status: Aprovado na Câmara, pendente de apreciação no Senado**



### PL 702/2020

*Dispensa temporária de atestado abonador e atestado médico Digital*  
**Alexandre Padilha - PT**

Ao prever a possibilidade de atestado eletrônico e dispensar a apresentação física de atestado médico para justificar ausência no trabalho nos sete primeiros dias, a proposta evitará um aumento de fluxo nos hospitais daqueles que, mesmo sem sintomas, procuram atendimento com o único intuito de adquirir atestados médicos abonadores - expondo a si próprios e a outros a riscos de contaminação.



# PACOTE DE MEDIDAS

NOVO NA CÂMARA

## PROPOSIÇÕES DE OUTROS PARLAMENTARES



### PL 714/2020

*Permite o saque emergencial de valores do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço*

**Patricia Ferraz - PODEMOS**

Em sentido semelhante à proposição do NOVO, o projeto viabiliza o saque emergencial do FGTS diante da situação crítica causada pelo Coronavírus. A medida permitirá injetar dinheiro na economia e viabilizar que os brasileiros tenham recursos para custearem suas necessidades básicas.



### PLP 32/2020

*Elevação do patamar máximo para enquadramento de MEI*  
**Leo Moraes - PODEMOS**

A proposta visa aumentar os patamares máximos de faturamento bruto anual para fins de enquadramento como MEI e como empresa de pequeno porte para que mais empresas possam se beneficiar do sistema simplificado de arrecadação de tributos, o Simples Nacional, e tenham acesso a linhas de crédito especiais conferidas pelo BNDES a tais categorias de empresas.



### PL 791/2020

*Cria o Comitê Nacional de Órgãos de Justiça e Controle para prevenir ou terminar litígios do Coronavírus*  
**Poder executivo**

A presente proposição legislativa tem por objetivo criar um órgão com o judiciário para resolver os conflitos de forma mais célere, além de permitir que liminares sejam suspensas mais rapidamente nos tribunais superiores.



# PACOTE DE MEDIDAS

NOVO NA CÂMARA

## PROPOSIÇÕES DE OUTROS PARLAMENTARES



### PEC 147/2019

*Pec dos Penduricalhos*  
**Pedro Cunha Lima - PSDB/PB**

Essa proposta proíbe o pagamento de acréscimos salariais a servidores públicos que tenham remuneração alta. O texto parte do princípio de que não faz sentido que servidores públicos que já recebem uma remuneração suficientemente alta (no caso, 1/4 do subsídio de ministro do STF, aproximadamente R\$ 10mil) recebam ainda "auxílios" das mais diversas naturezas. Seria muito importante para eliminar a maioria das distorções apontadas na seção anterior. Do texto, depreende-se que ficariam vedados: auxílios concedidos por atos administrativos (infralegais) tais como auxílio-mudança, creche, livro, paletó, saúde e moradia e outros. A proposta não deixa claro se estariam abrangidas verbas de caráter indenizatório (possível subterfúgio para as carreiras que queiram manter privilégios) e parece não abranger acréscimos já previstos em lei, tais como o auxílio-alimentação ou os honorários advocatícios de advogados públicos. Pode ser um espaço de melhora incluir tais itens nas vedações.



### PL 6726/2016

*Submissão de "penduricalhos" salariais ao teto*  
**Senado Federal**

Hoje, por falta de uma melhor regulamentação do tema, existem inúmeras rubricas classificadas propositadamente como indenizatórias justamente para fugirem do teto, como visto na seção anterior. O projeto busca definir expressamente o que pode ser deixado "de fora" e trazer todo o restante para o cômputo do limite.



### PLS 648, 649, 663, 664, 712/2020

*Obrigatoriedade de destinação do FEFC a medidas de enfrentamento do Coronavírus*  
**Diversos**

Com algumas variações quanto a hipóteses e abrangências, as propostas também buscam viabilizar - ou mesmo tornar obrigatório - que partidos políticos contribuam com o esforço conjunto da sociedade para dar as respostas adequadas aos riscos que a epidemia representa para a população brasileira.



# PACOTE DE MEDIDAS

NOVO NA CÂMARA

## MEDIDAS DO GOVERNO



### MPV 926/2020

*Procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos*

A MP busca simplificar o processo de aquisição de bens e serviços necessários ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.



### PEC 188/2019

*Pacto Federativo Senado Federal*

O presente Proposta de Emenda Constitucional trabalha em três eixos: descentralizar, desindexar e desvincular, o que pode entregar aos estados e municípios até R\$ 400 bilhões em 15 anos. O objetivo é acabar com falta de flexibilidade orçamentária que engessa a gestão pública, uma vez que, pelas contas do Tesouro, 67% das despesas primárias da União são indexadas.



### DECRETO LEGISLATIVO 6/2020\*

*Solicitação ao CN de reconhecimento de Estado de Calamidade Pública*

O Congresso Nacional aprovou a mensagem do executivo que solicitava reconhecimento de Calamidade Pública, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Status: Aprovado na Câmara e no Senado**



### MPV 924/2020

*Crédito Suplementar*

A medida abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Educação e da Saúde para possibilitar a aquisição de insumos hospitalares e de equipamentos de proteção individual, bem como viabilizar o treinamento e capacitação de agentes de saúde, compra de "kits" de teste para detecção do Covid-19, disponibilização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva, e fornecer apoio financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios na implementação de medidas de assistência à saúde.



# PACOTE DE MEDIDAS

NOVO NA CÂMARA

## MEDIDAS DO GOVERNO



### MPV 925/2020

*Medidas emergenciais para aviação civil*

Ao prever a prorrogação do pagamento das contribuições fixas e as variáveis para aeroportos concessionados; estender para 12 meses a possibilidade de reembolso aos passageiros; e isentar os consumidores de penalidades contratuais para remarcação das passagens, a medida busca mitigar os impactos da crise no setor aéreo e viabilizar a continuidade das empresas de aviação civil.



### PLP 149/2019

*Plano Mansueto*

A presente proposta estabelece um programa de ajuda financeira aos estados comprometidos com medidas de ajuste fiscal. Tal medida é essencial para o momento atual, já que estabelece parâmetros objetivos para os Regimes de Recuperação Fiscal.



### PEC 186/2019

*PEC Emergencial Senado Federal*

Entre os pontos previstos na chamada PEC Emergencial está a redução de 25% de salários de servidores públicos (com redução proporcional de jornada). Trabalho anterior já abordou o tema dos reajustes excessivos ocorridos no governo federal na última década, que gerou reajustes de mais de 200% para várias carreiras. Estima-se que R\$ 7 bilhões do orçamento da União poderiam ser liberados para investimentos em outras áreas com essa medida. O Senador Orlindo Guimarães, relator da PEC Emergencial no Senado, propôs adicionar no texto um limite de 30 dias de férias para magistrados e procuradores. Isso eliminaria um dos principais penduricalhos salariais do judiciário: a venda de férias, que, pelos dados do CNJ, custam R\$ 547 milhões por ano. A medida tem validade para todos os poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).